



Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 235ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Trajano Bastos.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fuad Nacli e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 286/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 46/71, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através da Coordenação da Secretaria de Obras Públicas, a instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, no trecho Curitiba a Usina Capivari-Cachoeira. Parecer da CCJ, pela manutenção do Veto. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 336/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 236ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gu-

lin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Farias, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fuad Nacli e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 142/75

Curitiba, 25 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, com 27.713,00 m² (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Estado, compreendida pela transcrição nº 18206 — Livro 3R, do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Capital, área essa situada no Bairro do Atuba, deste município de Curitiba, com as confrontações que especifica.

A medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses públicos eis que virá ensejar condições a fim de que a TELEPAR, possa ampliar suas instalações no Atuba, concentrando, ali, outros serviços da maior importância ao bom equacionamento do ritmo de expansão da Empresa.

Vale frisar que a transferência objeto do Plano de Lei em questão será procedida a título de integralização, por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da citada Companhia de Telecomunicações do Paraná, após avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas pela legislação pertinente.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma

área de terras, sem benfeitorias, de propriedade do Estado, compreendida pela transcrição nº 18206, do Livro 3R, do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca da Capital do Estado do Paraná, situado no Bairro do Atuba, município de Curitiba, terreno constituído de campo, com a seguinte descrição: "Da estaca O - P.P. até a estaca 1, limita-se com terras do Governo do Estado do Paraná, numa distância de 257,20 m, com rumo 86°05' NE. Da estaca 1 até a estaca 2, limita-se com a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, numa distância de 180,00 m com deflexão de 90°00' à direita. Da estaca 2 até a estaca 3, limita-se com a antiga estrada da Graciosa, uma distância de 20,00 m, com deflexão de 98°46' D. Na mesma confrontação mediu-se: Da estaca 3 até a estaca 4, 38,00 m com deflexão de 23°50' Dir. Da estaca 4 até a estaca 5, 136,00 m, com deflexão de 1°50' Dir. Da estaca 5 até a estaca 6, 21,00 m, com deflexão de 7°20' Dir. Da estaca 6 até a estaca 7, 50,00 m, com deflexão de 27°04' Esq. da estaca 7 até a estaca O - P.P., mediu-se 57,00 m, no limite da margem do Rio Atuba (retificação), com a deflexão de 49°25' Dir. onde chegou-se ao início, fechando o perímetro, dando um total de 27.713,00 m², (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados).

Art. 2º - A transferência de que trata o artigo anterior é procedida a título de integralização, por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas pela legislação pertinente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 143/75

Curitiba, 25 de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Administração de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria do Interior e o Banco Nacional de Habitação - BNH, objetivando regular as atividades relacionadas com o exame dos estudos e projetos técnicos e fiscalização da execução das obras e serviços dos sistemas definidos nos Subprogramas REFINAG e REFINESG, decorrentes do Programa de Financiamento para Saneamento - FINANSA, que beneficiam municípios do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR - Governador do Estado

- À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 144/75

Curitiba, 25 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 5 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Realeza, objetivando a obra da ampliação e melhorias no prédio da Unidade Sanitária da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso do próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR - Governador do Estado

- À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 145/75

Curitiba, 26 de novembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de e dos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá nivelar de forma justa e adequada o vencimento dos ocupantes dos questionados cargos, ensejando-lhes uma retribuição salarial igual à atribuída aos que exercem funções idênticas ou similares, como é o caso, por exemplo, dos Diretores Gerais de Secretarias de Estado.

A inclusão dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e da Diretoria da Polícia Civil, no adotado critério de remuneração, deve-se ao grande destaque dos citados órgãos no Setor da Segurança Pública, não só pela complexidade, vulto e importância de suas atribuições, como também por sua ampla jurisdição administrativa, que abrange todo o Estado do Paraná.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, não pertencentes à simbologia geral nos termos da Lei nº 6.461, de 25/09/73, ficam fixados em:

Departamento de Estradas de Rodagem:	
Diretor Geral	Cr\$ 7.150,00
Diretor Técnico	Cr\$ 6.500,00
Diretor Administrativo	Cr\$ 6.500,00
Departamento de Imprensa Oficial do Estado:	
Diretor Geral	Cr\$ 7.150,00
Instituto de Assistência ao Menor:	
Diretor	Cr\$ 7.150,00
Instituto de Previdência aos Servidores do Estado:	
Superintendente	Cr\$ 7.150,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital	Cr\$ 5.700,00
Diretor do Departamento Médico	Cr\$ 5.700,00
Diretor do Departamento de Administração Geral	Cr\$ 5.700,00
Diretor do Departamento de Previdência	Cr\$ 5.700,00
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:	
Diretor	Cr\$ 7.150,00
Departamento Estadual de Administração de Material:	
Diretor Geral	Cr\$ 7.150,00

Art. 2º - Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam fixados em:

Diretor da Polícia Civil (Segu. de Seg. Pública) Cr\$ 7.150,00

Diretor do DETRAN (Sec. de Seg. Pública) Cr\$ 7.150,00

Art. 3º — A gratificação de representação de gabinete dos ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei será fixada em valor não superior ao da atribuída aos Diretores Gerais das Secretarias de Estado.

Art. 4º — Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei não farão jus ao pagamento da gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ressalvada no entanto a prestação de serviços extraordinários quando a necessidade de serviço assim e exigir, e sempre na base da 33,33 por cento dos vencimentos fixados.

Art. 5º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente orçamento Geral do Estado.

Art. 6º — A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, os quais continuam tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 7º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nºs 289/75 e 290/75 do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

76/75: Do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.725. — **Agradeça-se.**

125/75: Oriundo de Mensagem Governamental sob o nº 51/75, encaminhando anteprojeto de lei referente à proposta de Orçamento Plurianual de Investimento do Estado do Paraná, para o triênio 1976 e 1978. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de lei número 158/75.

— de autoria do Senhor Deputado Accioly Neto, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 104/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, requer, após ouvido o plenário, voto de regozijo à revista "Rumo Paranaense", pela homenagem que prestou em sua edição deste mês, ao saudoso e eminente homem público que foi Rivadávia Barboza Vargas.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência aos diretores da referida revista.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o plenário, a inserção em ata nos trabalhos de hoje, de um voto de louvor à revista "Rumo Paranaense" dirigida pelo ilustrado jornalista Ali Bark, pela excelente apresentação gráfica da revista e, em especial pela publicação, periódica, de biografias de personalidades das mais ilustres

da terra paranaense. Esta, é inegavelmente, uma contribuição à cultura e aos pesquisadores da História do Paraná, razões que justificam, plenamente a nossa proposição.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer que esta Presidência, com a devida aprovação do plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações pela nomeação do Desembargador Alceu Conceição Machado, para o Tribunal de Justiça do nosso Estado.

O nosso Desembargador, nomeado por ato recente do Governador do Estado, Jayme Canet Júnior é pessoa que goza de elevado conceito em nossa comunidade, pelas posições de justiça e grande apego à legalidade que tem caracterizado sua conduta.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após consulta ao plenário, requer seja endereçado ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança, solicitando do mesmo, imediatas providências no sentido de restabelecer nas cidades do Sudoeste do Estado os Exames Psicotécnicos, bem como prover de funcionários o Posto de Identificação de Pato Branco, face ao precário atendimento que vem dispensando pela falta de pessoal.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O posto de identificação de Pato Branco, que funciona anexo a D.P., por falta de pessoal não está dando o atendimento necessário, chegando uma cédula de identidade a demorar mais de sessenta dias para ficar pronta. Quanto aos Exames Psicotécnicos, que agora, injustificadamente, só estão sendo realizados em Guarapuava, trouxeram sérios contratempos para a população Sudoestina. Basta citar que alguns municípios têm que percorrer mais de quatrocentos quilômetros para conseguir chegar ao local do exame. Não é sem razão que a região Sudoeste recebeu verdadeiro derrame de carteiras de habilitação falsificadas.

A dificuldade que se cria ao motorista, levam-no a procurar a fraude, mesmo correndo e arcando com os riscos.

É inadiável o restabelecimento dos exames psicotécnicos no local de residência do motorista, ou quando muito, no mais próximo possível.

Exigir um percurso de quatrocentos quilômetros, para um simples exame psicotécnico, é data vênica, implantar-se uma discriminação odiosa com as populações interioranas.

Convém reitar que em Guarapuava, apenas se realiza o exame psicotécnico, porquanto os residentes no sudoeste, devem se submeter à habilitação em Pato Branco, na Ciretran local, causando com isso verdadeiro transtorno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, ouvida a Casa, requer a Vossa Excelência o envio de expedi-

ente ao Senhor Diretor do DASP, apelando no sentido de ser reaberto o prazo para opção ao concurso de que trata a Instrução Normativa 46, de 1975, dando nova oportunidade aos funcionários que não o fizeram.

Ocorre que, devido a interpretações diversas, por parte dos interessados, aos termos da Instrução Normativa 46, de 1975, muitos funcionários que ocupavam cargos em comissão ou de funções gratificadas, deixaram de optar para concorrência a concurso; e, mais, porque o prazo para opção expirou no dia 27 de outubro de 1975, e os esclarecimentos com respeito ao assunto constante do ofício nº 002932 de 4 de novembro de 1975, somente foram publicados no dia 19 de novembro de 1975.

Finalmente, porque existe ainda o impasse com respeito aos que exercem cargo em comissão ou em função gratificada que, uma vez aprovado no concurso, mas, não logrando colocação, são sujeitados ao quadro suplementar, como também aqueles que não conseguirem a sua aprovação, mesmo contando com grande acervo de tempo de serviço, ficam privados de todos os direitos que já lhes assistiam, parecendo ser necessário uma reformulação do critério.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro e à Direção da Associação de Crédito Rural do Paraná - ACARPA, no sentido de ser estudada a possibilidade da criação e instalação de uma agência regional da ACARPA, na sede do município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Ressaltamos uma vez mais a vertiginosa ascensão da região oeste paranaense, na qual a agricultura é o fator primordial.

Neste requerimento estamos solicitando providências para um maior apoio a este setor tão importante que se encontra em estágio de adiantada mecanização e utiliza técnicas avançadas, para o que são necessários, a cada dia, um maior número de técnicos em contato permanente com nosso homem do campo. Orientando-o em todos os setores da sua vida. A Associação de Crédito Rural muito contribuiu para o vertical crescimento desta região, contudo atualmente achamos que é de necessidade premente que se desloque número maior ainda de técnicos para a região e haja o desmembramento do escritório regional, ora existente somente em Cascavel, jurisdicionando toda a região.

Dado o exposto solicitamos às autoridades estaduais para que estudem carinhosamente o nosso pedido e para o qual pedimos o apoio de todos os Senhores Deputados com assento nesta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, com audiência do plenário, que sejam encaminhadas à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e à família do Sr. Érico Veríssimo, cópias da merecida homenagem que o signatário prestou, na reunião de hoje, à memória do consagrado escritor gaúcho, recém-falecido.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer o encaminhamento de cópias do pronunciamento feito hoje na tribuna, aos Excelentíssimos Senhores: Governador Jayme Canet Júnior; Dr. Arnaldo Faivro Busato, Secretário de Saúde e Bem Estar Social; Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário de Agricultura e Dr. Cláudio Hercílio de Oliveira Araujo, Diretor Presidente da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 178/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o município de Missal, desmembrado dos municípios de Medianeira e de Santa Helena, com as confrontações e limites seguintes:

Ao NORTE com o município de Santa Helena, começando na foz do arroio São João com o rio São Vicente; sobe por este até a foz do arroio Sotelo; sobe por este, braço leste, até a sua nascente e por uma linha reta até alcançar a divisa norte da Gleba 2 (dois), quarta parte da Colônia Rio Quarto até atingir o rio São Francisco Falso, braço Sul;

Ao LESTE com o município de Matelândia, sobe o Rio São Francisco Falso, braço sul, seguindo os atuais limites intermunicipais dos municípios de Matelândia e Medianeira; segue pelos referidos limites em sentido sul até alcançar a cabeceira do rio Feijão Verde;

Ao SUL com o município de Medianeira, começando na cabeceira do rio Feijão Verde; desce por este até a sua foz no rio Ocuí, pelo qual desce até alcançar o arroio Cedro que é contra vertente do arroio São João;

Ao OESTE com o município de São Miguel do Iguaçu, subindo pelo arroio Cedro até a sua nascente, de onde por uma linha seca sentido norte alcança a nascente do arroio São João, braço sul, pelo qual desce até a sua foz no rio São Vicente.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Missal do município de Medianeira, alcançou face ao seu desenvolvimento econômico e social, condições para que seja elevado à categoria de município.

O levantamento das condições do atual distrito atestam de sobejo a realidade desta afirmativa, confirmando o seu elevado índice populacional, o funcionamento de indústrias, comércio pecuária, lavoura, etc., assim como a existência de outras atividades quer públicas, quer privadas, como escolas, hospitais, etc. (documentos comprobatórios anexos) o que lhe assegura plenamente o preenchimento das exigências a obter a sua emancipação político-administrativa.

Óbvio que em decorrência disto, maiores benefícios advirão àquela comunidade, ensejando um aceleração ainda maior ao seu pujante progresso, sem que com isto haja qualquer prejuízo aos municípios dos quais será desmembrado.

Assim, esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

EMENDAS:**EMENDA Nº 1**

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Autor: O Poder Executivo

ADITE-SE:

O item "d" do número 10, do artigo 54 da Lei nº 6364/72, passa a ter a seguinte redação, que o modifica:

"d — ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível, salvo os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame, que serão retificados de ofícios pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela, na forma do parágrafo 2º do artigo 147 do Código Tributário Nacional".

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO
OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

As mesmas constantes já do respectivo processo legislativo, visto que a presente emenda constitui reiteração daquela apresentada na Comissão de Finanças.

EMENDA Nº 2

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Autor: O Poder Executivo

Ao artigo 4º:

Substitua-se no "caput" do artigo 23 a expressão "crédito tributário" por "tributo devido".

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

As mesmas constantes do respectivo processo legislativo, visto que a presente emenda constitui reiteração apresentada na Comissão de Finanças.

EMENDA Nº 3

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Autor: O Poder Executivo

Ao artigo 8º, edite-se:

"§ 3º — Ao § 1º, do artigo 54, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972,

Acrescente-se:

15 — equivalente a 50 por cento sobre a diferença do imposto devido, quando resultar de mera interpretação da lei, excluída a possibilidade de fraude sobre os elementos constantes da escrita fiscal e contábil do sujeito passivo".

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

As mesmas constantes já do respectivo processo legislativo, visto que a presente emenda constitui reiteração daquela apresentada na Comissão de Finanças.

EMENDA Nº 4

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O § 3º do artigo 23 da Lei nº 6364, passa a ter a seguinte redação:

Art. 23 — ...

"§ 3º — Considera-se final a decisão em processo fiscal que

se tornar administrativamente irrecurável".

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Na terminologia do Direito Processual, "decisão definitiva" é decisão objetivada, delimitada.

O que o artigo pretendeu dizer foi mesmo "decisão final", a decisão última do processo.

EMENDA Nº 5

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O artigo 24 e seu parágrafo 1º da Lei 6364, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 24 — A responsabilidade por infração é excluída pela denúncia espontânea.

§ 1º — A denúncia é espontânea se apresentada antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionadas com a infração".

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Art. 24.

É uma redação melhor para o que está na Lei nº 6364.

EMENDA Nº 6

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

No capítulo VII, o seu título e os parágrafos 1º e 2º do art. 26 da Lei nº 6364 passam a ter a seguinte redação:

"CAPÍTULO VII

DO LOCAL DO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

Art. 26. — ...

§ 1º — Quando se realizarem operações de venda ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, o ICM deve ser pago.

§ 2º — Quando for encontrada mercadoria em trânsito ou armazenada sem a documentação fiscal em ordem e exigível, o ICM deve ser pago na repartição fazendária estadual localizada no município onde for averiguado o ilícito fiscal".

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:**CAPÍTULO VII.**

Propõe-se mudar a designação do Capítulo porque aí se trata apenas de "pagamento" e não outra forma de extinção do crédito tributário.

Art. 26 — ...

§ 1º — É uma questão de colocação do pronome "se" atraído pelo advérbio "quando". E de propriedade do termo "pago" ao invés de "recolhido".

§ 2º — É uma questão de concordância de tempos de verbo. Ao invés de "Quando é", do texto atual, que não se harmoniza com o "deve ser", à frente, propõe-se "Quando for". E de propriedade do termo "pago" ao invés de recolhido.

EMENDA Nº 7

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Capítulo VIII da Lei 6364 passa a ter a seguinte redação:

"CAPÍTULO VIII

Do pagamento de Crédito Tributário".

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se mudar a designação do Capítulo porque aí também se trata do Pagamento do Crédito tributário, e não outra forma de extinção do crédito tributário.

EMENDA Nº 8

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Art. 33 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei 6364 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 33 — O ICM relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente, em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênio ou Ajustes conforme o SINIEF.

§ 1º — O Pagamento do ICM por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação.

§ 2º — A homologação do cálculo e pagamento obedece às disposições do art. 150 do Código Tributário Nacional.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O Código Tributário Nacional não usa a expressão "auto-lançamento" como modalidade de lançamento. Emprega o termo lançamento por homologação. Assim, será coerente dizer:

"O ICM relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente, em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênio ou Ajustes conforme o SINIEF".

"§ 1º — O pagamento do ICM por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação". É a redação que se propõe para substituir a do texto porque o Código Tributário Nacional não usa o termo "auto-lançamento".

"§ 2º — propõe-se nova redação pela razão da justificativa relativa ao § 1º".

EMENDA Nº 9

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Art. 56, parágrafo único, itens 37 e 38 da Lei 6364, passam a ter a seguinte redação.

"Art. 56 — ...

Parágrafo único — ...

37 — DECISÕES FINAIS

As decisões finais favoráveis ao Estado são executadas com intimação ao sujeito passivo (contribuinte, responsável) pela Coordenação da Receita do Estado, para, no prazo de trinta (30) dias cumprir suas determinações.

38 — As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos sem interposição de recurso".

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Na terminologia do Direito Processual, "decisão definitiva" é decisão objetivada, delimitada.

O que os itens pretendiam dizer foi mesmo "decisão final", a decisão última do processo.

EMENDA Nº 10

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Art. 12, do Projeto de Lei 150/75, que acresce ao pará-

grafo único do art. 56 da Lei 6364, mais dois itens, passa, o item 39, a ter a seguinte redação:

"39 — Os créditos tributários inscritos na Dívida Ativa e extintos serão cancelados com observância do disposto em Instrução da Secretaria de Finanças, e após autorização do Legislativo nos casos de:

a — exclusão do crédito tributário;

b — regularização de divergência de créditos tributários originários de processo administrativo fiscal de rito sumário;

c — em hipótese idêntica, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais tenha decidido de forma favorável ao sujeito passivo da obrigação tributária".

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

39 — É melhor dizer "Os créditos tributários inscritos na Dívida Ativa serão cancelados". Não é a Dívida Ativa que é cancelada.

Também é preciso distinguir os casos em que o cancelamento decorre de uma causa extintiva prevista em lei, dos casos em que ocorra outras causas embora procedentes para o cancelamento e que, então, "é imprescindível a autorização do Legislativo", nos termos do § 2º do art. 105 da Lei nº 4.320.

"O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa".

Assim, propõe-se outra redação ao nº 39.

EMENDA Nº 10

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

A presente Emenda propõe a modificação do art. 4º do Ante-Projeto de Lei nº 150/75, que altera a Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

"Art. 4º — O Caput e o § 1º do art. 23 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 — O crédito tributário, EXCETO A PARCELA DE MULTA, será acrescido de juro de mora de 1 por cento ao mês, não capitalizável.

§ 1º — Entende-se para os efeitos deste artigo, crédito tributário o ICM".

Parágrafo único — Ao § 2º do artigo 23 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido mais um item com seguinte redação:

"4 — Nos casos de denúncia espontânea a que se refere o § 2º do artigo 24, a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento do ICM".

JUSTIFICATIVA:

O Art. 161 do CTN diz:

"O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em Lei tributária".

É falta a conclusão de que o art. 161 do Código Tributário Nacional compele o Poder Tributário, impor juros moratórios à integralidade do crédito tributário. O art. 161 do CTN vincula uma norma que deve ser atendida, congruentemente, pelos poderes tributantes, apenas no que se refere ao crédito do TRIBUTO, isto é, DO ICM. Tanto assim, que o próprio dispositivo esclarece que a aplicação de juros moratórios será feita SEM PREJUÍZO DAS PENALIDADES APLICÁVEIS.

Ora, se o artigo previu, como prevê, uma posterior aplicação de penalidades, é porque o "crédito não integralmente pa-

go" de que falta o artigo, é o crédito sem as penalidades, isto é, sem acréscimo de multas.

Do enunciado do art. 161 do CTN, em razão da ressalva acima apontada, pode-se deduzir, sem margem para dúvida razoável, que a norma de obrigatoriedade dos juros moratórios só levou em conta o tributo básico, o principal, o ICM.

Se assim é, torna-se evidente que o titular do imposto não é obrigado a gravar com juros moratórios a totalidade do crédito tributário o qual, de regra, pelo descumprimento da obrigação acarreta a imposição de uma multa.

Portanto, a extensão dos juros moratórios às multas, deve ser informada de pura conveniência e oportunidade do Estado.

Ora, dispondo do Instituto da correção monetária como instrumento que confere ao imposto pago com atraso, o MESMO VALOR (O MESMO PODER DE AQUISIÇÃO) QUE TINHA SE HOUVESSE PAGO TEMPESTIVAMENTE, parece-nos evidente ser possível atenuar a carga fiscal, por decisão do próprio titular do tributo, já que o CTN compele a imposição dos juros apenas sobre a parte do crédito. De considerar, além do que, paralelamente à correção, serão computados os juros moratórios sobre o imposto; e através da correção monetária, é mantida a constância do valor econômico do ICM em atraso. Sobre este ICM devem recair a correção monetária e juros, recebendo o ESTADO desta forma, o valor econômico do ICM em atraso, que é o que, precipuamente, interessa ao Estado.

A Moderna cocepção de tributação retirou-lhe o caráter de um simples meio de obtenção de recursos. Os tributos são entendidos hoje como elemento essencial da própria existência do Estado e para instrumentá-lo à realização dos seus fins.

Mas, a instrumentalização do Estado, para consecução dos seus objetivos, deve ocorrer com o produto dos impostos e não das multas repousar sobre a atividade regular, sobre o cumprimento normal das obrigações tributárias, que há de ser sempre a regra, e não sobre o descumprimento de obrigações ou deveres fiscais, que representam a exceção.

Como as infrações tributárias sempre existirão e têm na sua origem, via de regra, um despreparo do contribuinte, uma errada concepção quanto a função dos tributos, sua ignorância no compreender que acima de tudo o pagamento dos impostos é um dever cívico, bem como de acidentes muitas vezes inelutáveis na vida das empresas; por tudo isso, o Estado é obrigado a manter dispositivos fiscais de prevenção e de repressão, cabendo-lhe

ainda o saber separar o "joio do trigo", isto é, ao aplicar multas conhecer se o contribuinte é um contumaz doloso ou se trata-se de casos oriundos de dificuldades financeiras superáveis por empresas até então contribuintes pontuais e bem conceituadas na Fazenda Estadual.

A multa funciona como legítimo instrumento de repressão, para que a função da exemplaridade da pena e universalidade dos contribuintes não se anime a desidiar no pagamento. Mas, é preciso que o caráter da multa seja bem compreendido; é necessário que se façam as distinções entre as penais, e as meramente reparatorias ou indenizatórias, principalmente depois da permissão da correção dos débitos fiscais. Ora, se em decorrência desta, o dinheiro do tributo ingressa aos cofres públicos, ainda que com atraso, mas, com o mesmo valor que tinha anteriormente se pago a tempo, o caráter reparatorio ou indenizatório da multa perdeu muito da sua consistência transformando-se em exacerbação desnecessária o acréscimo de juros sobre essas multas; afinal o Estado não é algoz do contribuinte.

Como a inclusão de juros sobre a multa é pura discreção do Estado, e como a correção monetária transformou o caráter compensatório a favor do Estado sobre o ICM em atraso, o Estado pode dispensar a incidência de juros sobre a multa, conforme previsto na presente Emenda que motivará a consequente corre-

ção no art. 60 da Lei 6364 e da 6551 (de 7 de junho de 1974) onde esta modificou aquela.

a) ALFREDO GULIN

EMENDA Nº 13

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Propõe a presente Emenda, que seja acrescentado mais um artigo ao Ante-Projeto de Lei nº 150/75, alterando o artigo 60 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, ficando a redação do artigo a ser acrescentado, da seguinte forma:

Art. — O art. 60 da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 60 — O parcelamento dos créditos tributários em atraso, poderá ser feito em até 60 (sessenta) prestações mensais".

JUSTIFICATIVA:

O Convênio nº 24/75 firmado a 5 de novembro de 1975, em Brasília, entre os Secretários de Finanças de todos os Estados, estabeleceu o limite em até 60 (sessenta) prestações mensais para o parcelamento.

A presente Emenda, portanto, em nada inova, salvo transportar para o texto legal, algo que já existe.

a) ALFREDO GULIN

EMENDA Nº 14

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Suprima-se, no art. 3º do Projeto 150/75, o § 3º do art. 22 da Lei 6364/72.

Inclua-se no artigo 20 do Projeto 150/75 a revogação do artigo 60 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o contido no convênio ICM 24 de 05 de novembro de 1975, ratificado pelo Estado no Decreto nº 1250, de 20 de novembro de 1975, de acordo com a Lei Complementar nº 24 de 07 de janeiro de 1975 que regulamentou o § 3º do art. 23 da Constituição combinado com o art. 42 da Lei 6364/72, há necessidade de ser alterado parcialmente o Projeto 150/75, elaborado antes da edição do referido convênio nº 24/75 e, igualmente, o art. 60, da Lei 6364/72.

Trata-se da necessidade de se ajustar, por exemplo, a correção monetária nos parcelamentos de créditos tributários, pois os Estados só podem conceder parcelamentos nas condições máximas estabelecidas no convênio 24/75.

A suspensão do § 3º do art. 22 proposta no art. 3º do Projeto de Lei 150/75, bem como a inclusão no art. 20, desse mesmo projeto, da revogação do art. 60 da Lei nº 6364 de 29/12/72, atenderia, portanto, o necessário ajustamento.

EMENDA Nº 15

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

O Art. 8º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º — Os itens 1, 2, 3, 4 letra "b", letra "a" e 8 do § 1º do art. 54, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, passam a vigor com a seguinte redação:

"1. EQUIVALENTE a 25 por cento DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao contribuinte que deixar de recolher no prazo indicado na legislação tributária, o saldo devedor declarado na guia de informação e apuração do ICM;

"2. EQUIVALENTE a 30 por cento DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no item anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária".

"3. EQUIVALENTE a 30 por cento DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização de crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei".

"4. — ...

"b) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito, mercadorias isentas ou imunes, desacompanhadas de documentação fiscal regulamentar;"

"5. — ...

"a) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito mercadorias tributadas, desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar"

"8. EQUIVALENTE a 5 por cento DO VALOR DAS MERCADORIAS: ao sujeito passivo que transitar, ou mantiver em estoque, ou depósito, sem documentação fiscal regulamentar, produtos cujas operações sejam beneficiadas com suspensão ou deferimento do pagamento do imposto;"

§ 1º — Fica reduzida em cinquenta por cento a multa prevista no item 4, do § 1º, do artigo 54, da Lei 6364, de 29/12/72.

§ 2º — Ao item 11, do § 1º, do art. 54, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido mais uma alínea com a seguinte redação:

"d — ao sujeito passivo que lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno".

a) JOÃO CIONI NETTO

EMENDA Nº 16

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Art. 5º Os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passam a ter a seguinte redação:

"§ 1º — Ocorre a denúncia espontânea, quando inexistindo ainda a peça básica do processo administrativo-fiscal, à pessoa sujeita a fiscalização não tenha sido entregue cópia autenticada pela autoridade do início do procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração".

"§ 2º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o sujeito passivo efetivar o pagamento do tributo e dos juros de mora previstos no art. 23, ou depositar a importância arbitrada pela autoridade, ou manifestar formalmente a intenção de pagar o imposto".

JUSTIFICATIVA:

As Emendas propostas visam a adequar a legislação estadual aos preceitos maiores do código Tributário Nacional, especificamente nos arts. 138 e seu parágrafo único, e 196, parágrafo único.

O instituto da denúncia espontânea, de notável efeito prático, no sentido de possibilitar ao contribuinte o cumprimento de suas obrigações fiscais, vem sendo objeto de cerceamento por parte de setores da Fazenda, que sempre pretendem penalizar pecuniariamente os contribuintes.

Da forma com que se redigiu esta emenda, a descaracterização da denúncia espontânea somente ocorrerá se a autoridade expressamente der ciência ao contribuinte que se iniciou o procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ato genérico, sem ciência, do contribuinte, não são suficientes para elidir a denúncia espontânea.

O § 2º passa a ter a redação condizente com a letra expressa do art. 138 do Código Tributário Nacional, além de ensejar ao contribuinte a oportunidade de manifestar sua intenção de pagar o imposto devido, com o reconhecimento dessa situação.

As proposições objetivam assim não só a corrigir as falhas existentes na lei atual, como a aperfeiçoar a sistemática do proje-

to, na direção de facilitar o ingresso do ICM AOS cofres públicos sem ônus de pesadas e injustificadas multas.

a) JOÃO CIONI NETO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna para fazer a leitura de uma nota que redigimos hoje e já distribuimos, formalizando protesto pela atuação do Presidente do Diretório da Arena na minha cidade de Maringá.

A nota tem o seguinte teor:

(Lendo):—

"É profundamente lamentável o que o Distrito Municipal da ARENA, através do seu Presidente, tem procurado fazer para tentar incompatibilizar a Administração do Prefeito Silvío Barros com os ÓRGÃOS dos Governos Estadual e Federal.

São corretos os dados que posicionam Maringá como a cidade do interior do Estado que mais tem conquistado recursos extra-municipais neste último triênio administrativo.

É correto também que o Prefeito Silvío Barros pertencente às fileiras do MDB, tendo participação ativo dentro da agremiação partidária que também defendemos.

Mas, é uma verdade inquestionável, quando afirmamos que o Prefeito do MDB que governa Maringá, tem realizado uma administração supra partidária, procurando somar esforços das forças representativas do Município, formada pelos seus Vereadores Deputados Estaduais e Federais mas principalmente pelos nobres Edis que formam a dinâmica e agressiva Câmara de Vereadores de Maringá, da ARENA e do MDB, para conquistar os benefícios legítimos e justos que os maringenses têm direito.

Não podemos admitir, temos que discordar e protestar, e que isto fique posicionado nesta Casa, que a curta visão em termos de Economia e Despreendimento político-administrativo do Sr. Presidente do Diretório da Arena de Maringá, vá burocratizar, estremecer, e mesmo romper, os extraordinários laços de amizade e cooperação, eminentemente supra partidários, que ligam o Poder Público de Maringá aos Órgãos da Administração Superior do País.

Recentemente o Sr. Presidente da Arena de Maringá, teve a petulância de criticar a Direção do BNH, porque o BNH, segundo ele, tem dado muito dinheiro à Maringá, e essa de executar obras em Município cujo prefeito é do MDB, é algo bastante grave.

Agora, a pretensão do Sr. Presidente da Arena de Maringá, chega ao absurdo de pretender vistar os próximos contratos que o Município irá firmar com o BNH, como também, deseja determinar que todas as obras públicas que por ventura o Governo Jayme Canet e Autoridades Federais destinarem a Maringá, receba o seu visto de autorização.

Que esse tipo de atitude do Sr. Presidente da Arena de Maringá, deletéria e nociva sob todos os aspectos para a Comunidade Maringense, receba o total repúdio do povo de Maringá.

Que o Sr. Presidente da Arena maringense saiba respeitar as prerrogativas de quem possui mandato, principalmente, que valorize e respeite a representação arenista que integra o Poder Legislativo do Município de Maringá, muito bem liderados pelo Presidente Antônio Mário Manicardi, que dirige uma Câmara onde o Partido majoritário é o MDB, mas onde a parcela maior da bancada da Arena tem atuado com decência e muito trabalho, compreendendo o valor de legislar de forma superior.

Há informações de que não se distribui um caderno ou um lápis nas escolas de Maringá sem o visto do Sr. Presidente da

Arena local, como também, não se faz um remanejamento seauer no quadro do professor sorado sem a intromissão do pernicioso - comando político exercido por aquele diretório. O que, vale dizer, cria sérios problemas administrativos para a própria Inspeção Regional de Ensino.

Maringá necessita de Força Política Superior.

A sua imiscuição na Administração Pública de Maringá, Sr. Presidente do Diretório Municipal da Arena de minha cidade, tem que ser de outra forma, senão, ela será realmente imiscuição densamente turva e mal cheirosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli

O SR. ROSÁRIO PITELLI — (Lê):—

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É válido e até necessário destacar o trabalho dos que lutam por atingir metas preconizadas em benefício da comunidade. Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja-me licito, dizer alguma coisa sobre o que vem realizando a Secretaria da Justiça, no que se refere a naturalização.

É um verdadeiro trabalho de integração que se realiza com entusiasmo e até com sacrifício.

Portugueses, italianos, japoneses, alemães, poloneses, homens e mulheres de todas as nacionalidades, que ajudam a construir com suor do rosto, e com a inteligência de suas mentes, o progresso do Brasil, alimentara, sempre um grande e grande desejo: integração definitiva na grande família brasileira.

Para isso, os funcionários do Departamento, embora em reduzido número, aumentaram as horas de serviço, enfrentaram os perigos das estradas, conheceram o sacrifício das noites mal dormidas, e se lançaram na campanha o objetivo de servir ao semelhante.

A meta dos 1000 foi alcançada. E até o fim do ano, os números marcharam em desfile ascensionais.

Cenas emocionantes se verificam nas sessões solenes de entrega de certificados. Entusiasmo, decisão, firme e voz embargada se verificaram, em várias cidades, ao assinar, o cidadão interessado, os papéis pedindo a naturalização.

Que esse entusiasmo do trabalho, essa dedicação continuem na Secretaria de Justiça, no setor de naturalização, são os nossos votos, para que os estrangeiros radicados no Paraná possam aproveitar a oportunidade que lhes está sendo oferecida.

Desejamos pois deixar registrado nos Anais desta Casa, a eficiente atuação do Exmo. Sr. Secretário de Justiça, Deputado Odilon Túlio Vargas, e do ilustre Diretor do Departamento de Justiça, ex-Deputado Estadual, Dr. Antônio Lopez Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito.

Não estando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me faz ocupar a tribuna na tarde de hoje, e para apresentar duas emendas ao Projeto n. 150, que altera Orgânica do ICM - Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972.

A primeira, apenas para ser incluída no corpo da Lei, de acordo com o Convênio assinado em Brasília a 5 de novembro de 1975, entre os Secretários de Finanças e todos os estados, estabeleceu o limite em até 60 prestações mensais para o parcelamento. A presente emenda, portanto, em nada inova, salvo transportar para o texto legal, algo que já existe.

EMENDA AO ANTEPROJETO DE LEI 150/75 que altera a Lei Orgânica do ICM - Lei 634 de 29 de dezembro de 1972.

Propõe a presente emenda que seja acrescentado mais um artigo ao ante-projeto de Lei 160/75, alterando o Artigo 60 da

6364 de 29 de dezembro de 73, ficando a redação do artigo a ser acrescentado da seguinte forma.—

O Art. 60 da Lei 6364 de 29/12/72, passa a ter a seguinte redação.—

Art. 60 — O Parcelamento dos créditos tributários em atraso poderá ser feito em até 60 prestações mensais.

A segunda emenda que vamos apresentar é sobre cobrança de juros sobre o ICM sobre a correção monetárias e também sobre a multa.

EMENDA MODIFICATIVA AO AnteProjeto de Lei 150/75 que altera a Lei Orgânica do ICM - Lei 6364 de 29.12.72.

A presente emenda, propõe a modificação do Art. 4º do Anteprojeto de Lei 150/75 que altera a Lei 6364 de 29.12.72, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

Art. 4º O Caput ou o § 1º passa a ter a seguinte redação.

O crédito tributário, Exceto a Parcela de Multa, será acrescido de juro de mora de um por cento ao mês, não capitalizável.

Entende-se para os efeitos deste artigo, crédito tributário o ICM.

§ ÚNICO — Ao § segundo do Artigo 23 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 72 fica acrescido mais um item com a seguinte redação:

A justificativa vem com base no Artigo 161, e eu quero salientar que até o momento, os juros cobrados de acordo com a nosso Projeto de Lei pode ser cobrado à base de 1 por cento.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a satisfação de subscrever um plano de lei, pretendendo criar o município de Missal, desmembrado do território, dos municípios de Medianeira e Santa Helena, no oeste do Paraná.

E, Sr. Presidente, ao registrar o fato, desejo significar a pujança deste distrito judiciário que alcançou que restringe a criação de novos municípios.

Verifico que o Distrito de Missal que é daquela região, o mais progressista e o mais populoso;

com uma área de 589 km quadrados, dispõe, hoje, de uma população de 24 mil e 300 habitantes na zona rural; 3 mil e 580 habitantes, na zona urbana.

Dista de Curitiba 640 km. Dispõe aquele distrito, das condições mínimas exigidas pela Lei, pois somente na sede dispõe de 612 edificações; dispõe de uma rede escolares composta de 50 casas escolares, escolas de nível fundamental em nº de 48 e uma escola de nível médio e secundário, também, escolas municipais, que hoje, abrigam uma população estudantil de mais e 3 mil alunos.

Dispõe ainda de 4 mil e 903 famílias que opera, nos diversos setores de atividades, comércio, agricultura, profissionais liberais, professores, etc.

Existem cerca de 6 mil e 981 eleitores, na área que pretende se emancipar. Tem uma pecuária e uma agricultura das mais pujantes.

Quero portanto, Srs. Deputados, dizer que o levantamento sócio-econômico feito por uma comissão organizada no dia 15 de setembro de 1973, somente agora ensejou que se completassem os documentos necessários.

Razão pela qual agora, no apagar deste ano legislativo, é que me permito apresentar este projeto de lei, dizendo da sua importância, para que uma população que já atingiu o seu "status" de distrito, que pretende, com toda justiça, se emancipar e dispor dos seus destinos, através da emancipação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Regressando da minha região, onde constatei com tristeza, um verdadeiro derrame de carteiras de habilitação falsificadas, em número que as autoridades acreditam ser superior a mil.

E verificando as causas, investigando as razões porque no Sudoeste os homens estão sendo levados a se servir de documentos fraudulentos, foi fácil de constatar que as dificuldades tremendas, até intransponíveis para se conseguir uma carteira de habilitação e para se fazer o exame psicotécnico, até certo ponto justificam ou justificariam não serem os homens do Sudoeste levados ao engodo por falsificadores.

Hoje, um dos habitantes, dos residentes nos municípios da fronteira, no Sudoeste, deve percorrer 400 km para atingir Guaruva, único local, único município onde se realizam exames psicotécnicos. Faz o exame, aguarda o resultado, volta a Pato Branco e aí se submete a exame de habilitação para conseguir sua carteira de motorista. Mas antes disso, é necessário ter em mãos a Carteira de Identidade.

Para se conseguir uma Carteira de Identidade, no Sudoeste, deve se aguardar no mínimo, 60 dias, porque o único Posto de Identificação na minha região, é em Pato Branco, que tem apenas um único funcionário para atender uma população bem superior a 500 mil pessoas que lá residem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Estou endereçando ao Sr. Secretário de Segurança, embora me posicione contra o exame psicotécnico porque não acredito na sua eficácia, não acredito num exame que impede que um homem com mais de 30 anos de experiência que nunca sofreu um acidente, tenha sua carteira negada, enquanto que é entregue a verdadeiros lunáticos do volante, mas enquanto isso perdura, ao menos que se facilite a prática. Porque há alguns meses atrás, a Comissão organizadora visitava os municípios do Sudoeste para favorecer a população.

Hoje não acontece isso. Nosso apelo dramático, é porque todas essas pessoas que tiveram carteiras falsificadas, hoje estão envolvidas, inclusive com a Justiça, e deverão responder à processo criminal.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desta tribuna ouvimos hoje uma denúncia que fazia o Deputado Nilso Sguarezi com referência à chuva de carteiras frias a motoristas deste Estado, estes erros, estes pecados, estes crimes que se cometem neste Paraná é única e exclusivamente de responsabilidade da falta de planejamento de uma estrutura mais segura no setor do funcionalismo público estadual.

Em todas as regiões do Paraná ninguém desconhece estes fatos, vendem carteiras de motoristas, vendem cédulas de psicotécnico e vendem até cédulas de identidade. Por incrível que pareça, quanto mais apresentamos as proposições para resolução dos problemas, ao invés das autoridades responsáveis sentirem que tentamos abrir o caminho para a resolução dos casos que envolvem a economia do povo do Paraná, estes expedientes, estes requerimentos são respondidos quase que por uma fórmula decorada: "Infelizmente não há condições para atender o solicitado pelo ilustre Deputado, mas iremos estudar a sugestão formulada a este Departamento".

Isto ocorreu conosco, ocorreu com pronunciamento partido de nós, com referência à região Norte Pioneiro do Paraná, quando pedíamos que se instalasse em Santo Antonio da Platina, centro regional daquela região, um gabinete de identificação para expedição de cédulas de identidade, e tivemos esta lacônica resposta. E o destino da resposta, sempre o mesmo: "Arquive-se". E está lá em nosso Gabinete para arquivar. Porque termina a fonte de recorrência. Não há entrância para recorrer. É o ponto final da unidade competente.

E o povo continua a ser roubado. Não existe expressão mais

leve, mais respeitosa, que se possa dar, Continua a ser roubado porque as autoridades condicionam de uma forma que um simples funcionário assuma a responsabilidade desta expedição para uma região inteira.

Na minha cidade de Santo Antonio da Platina, dezenas e centenas de pessoas chegaram a pagar até mil cruzeiros por uma cédula de psicotécnico. Eles têm necessidade, porque têm que dirigir seus veículos, que não são objetos de luxo. Têm necessidade para movimentarem-se em sua atividade.

E agora vemos a denúncia volumosa de um dos Deputados, também de meu Partido. E perguntam: ao invés de criticar, porque não indicam o caminho para a solução dos problemas?

Vem o Deputado Nilso Sguarezi dizer que em sua região milhares de carteiras de motoristas estão sendo vendidas por pessoas naturalmente ligadas ao organismo administrativo deste Estado porque, se assim não fosse, não conseguiriam alcançar a assinatura destes documentos.

Pedimos também para Santo Antonio da Platina, onde existe uma Auto-Escola funcionando e o seu proprietário, além de submetido às imposições políticas do Governo, tem que dar propinas ao examinador que está sediado em Jacarezinho para poder corresponder com sua obrigação para com seus alunos.

E recebemos o seguinte: "Em resposta ao requerido pelo ilustre deputado, devemos dizer que, de conformidade com o organograma do DETRAN, visto a distância em que se encontra Santo Antonio da Platina de Jacarezinho, não pode ser criada a CIRETRAN naquela localidade."

E muitos e muitos casos como este, envolvendo acima de tudo a desrespeitabilidade à economia do povo do meu Paraná.

Era bom que a consciência do Governo deste Estado acordasse para a realização de um organograma de respeito a seu povo, a seus governados. E quando aqui desta tribuna a voz do povo fosse dita, através de alguém, de algum Deputado, estas palavras merecessem a análise de perto, análise de cabeça fria, análise com um sentimento de resolução dos problemas. Porque quando atentamos a alguns fatos, é porque nasceram da denúncia do próprio povo.

Daí, Sr. Presidente, aproveitamos alguns minutos que restam na sessão de hoje no Grande Expediente, para anunciar à Casa que em breve entraremos com um organograma propondo sugestão de resolução de uma série de problemas que envolvem o trânsito do Paraná, e principalmente, a economia do povo paranaense que tem sido açambarcada através destas arapucas que de qualquer forma, tem tido a proteção infelizmente do Governo do Estado, do organismo administrativo do Estado do Paraná.

Era isso o que tínhamos a tratar e a dar conhecimento à Casa em data de hoje.

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emendas ao Projeto de Lei nº 150/75, em número de 16, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiadas.** — **Serão anexadas ao projeto.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 127/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 266/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Barracão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 128/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 267/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Santana do Itararé, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 129/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 269/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria de Administração e o município de Grandes Rios, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que acresce do Parágrafo único que especifica, ao artigo 142 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 082/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que classifica de acordo com o princípio de hierarquias, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades, os Órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que dispõe sobre a dedução das alíquotas do ICM, incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 91/75, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente, a Lei Orgânica do Imposto sobre circulação de mercadorias — ICM. (Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972). Pareceres favoráveis da CCJ e CF, com emendas. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Gostaria Sr. Presidente, de fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa queria, antes de conceder a questão de ordem levantada pelo Deputado Ivo Thomazoni, esclarecer que ao Projeto de Lei nº 150/75, oriundo da Mensagem Governamental, cabe um prazo. Prazo este que termina dia 4. Nós temos que estar com o projeto aprovado até o dia 4 de dezembro.

Existem no projeto 16 emendas. Pretendo estudar com os componentes da Comissão de Finanças, com os Deputados que fazem parte da Comissão de Finanças, para auscultá-los e ver se há possibilidade de votá-lo ainda hoje. Se não for dada esta oportunidade a qualquer comissão estará fatalmente perdido o prazo pela Assembléia.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, quer me parecer que a minha questão de ordem tem procedência.

Indago de V. Exa. se o rito de votação da matéria, regimentalmente, sujeita o anteprojeto a duas discussões e votações por se tratar de Lei Orgânica do ICM. Ou se o rito não é o normal.

Indago isso a fim de que fique esclarecido no tocante a possibilidade de discutir a validade das emendas que se encontram em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE — Informo a V. Exa. que este projeto está seguindo o rito normal. E se usássemos outro rito, a Mesa teria que receber emendas só nas Comissões.

Nessas condições, a Mesa vai fazer um recesso de 20 minutos para juntos, líderes, Presidência e componentes da Comissão de Finanças, verem da possibilidade da Comissão dar parecer nem que seja oral, na sessão de hoje.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço escusas por pretender dialogar

com V. Exa. Sr. Presidente, mas V. Exa. afirma que o rito será comum.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente. Quero esclarecer que o artigo 2º da Constituição do Brasil, diz: “As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Parágrafo único — consideram-se leis complementares:

- 1 — a Lei Orgânica dos Municípios;
- 2 — o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado;
- 3 — o Estatuto do Ministério Público;
- 4 — o Estatuto da Polícia Civil;
- 5 — o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado;
- 6 — o Estatuto do Magistério;
- 7 — o Código Sanitário;
- 8 — a Lei Orgânica do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais;

9 — outras leis de caráter estrutural, incluídas nesta categoria pelo voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembléia”.

O SR. IVO THOMAZONI — Em se tratando de Lei Orgânica do ICM, mas pelo artigo da Constituição do Brasil, citado por V. Exa. eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa levanta a sessão por 20 minutos, a fim de que a Mesa, os Srs. líderes e os Srs. Membros da Comissão de Finanças decidam sobre a matéria apresentada.

— Suspende-se a sessão. — (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Em votação o Projeto de Lei nº 150/75, ressalvadas as Emendas. — **Aprovado o projeto.**

As emendas receberão parecer oral do Relator da Comissão de Finanças, em Plenário.

Emenda nº 1. — Tem a palavra o relator.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com referência à emenda nº 1, somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Emenda. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovada.**

Em discussão a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Muggiati Filho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com referência à Emenda nº 2, a Comissão de Finanças é de parecer contrário.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para que não possa o plenário incorrer em equívoco, pediria a V. Exa., uma vez que não foram distribuídas cópias das emendas ao plenário, que fosse lido o texto das Emendas, para que qualquer dúvida se dissipe na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE — Será atendida a sua solicitação. Existe uma outra emenda, com a mesma redação, com o mesmo objetivo da emenda nº 2, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que recebeu nº 12., já lida na leitura do expediente, pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Emenda nº 12, parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitada.**

Desta forma, fica prejudicada a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que versava sobre o mesmo assunto. Emenda nº 3.

(É lida a emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com referência à Emenda nº 3, parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Emenda nº 3, em votação. — **Rejeitada.**

Em discussão a Emenda nº 4. (Lê):

O SR. GILBERTO CARVALHO — Emenda nº 4, parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação, a Emenda nº 4. — **Aprovada**, Emenda nº 5. (Lê):

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, a Emenda nº 5, recebeu parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 5. — **Rejeitada**.

Diz ainda Jayme Lerner que “o Governo federal corre o risco muito grande de se aproveitar desse esvaziamento dos municípios que ele mesmo criou, para substituir-se à autoridade local, exercendo um poder que é estranho às suas próprias funções.

O que o órgão federal pode e deve, é assegurar, no caso da CNPU, Conselho nacional de Política Urbana, a verificação dos projetos apresentados pelos municípios, constatando seu enquadramento nas prioridades da política urbana federal, propiciando, ou a concessão de recursos a fundo perdido ou sinal verde para os financiamentos, através de entidades como o BNH, Caixa Econômica, Banco do Brasil etc. Existem outras maneiras de se garantir ao município a escolha de suas prioridades, sem fazer com que este-tolhendo sua iniciativa e criatividade - recorra cada vez mais ao Governo Federal, o que diminui a participação da comunidade.

Diz com grande inspiração e felicidade esse notável administrador brasileiro que “Parece haver, por parte do Governo Federal, uma grande desconfiança com as administrações municipais resquício talvez da época das fontes luminosas. Não podemos nos iludir com o fato de que uma maior centralização vai evitar administrações semelhantes. As fontes luminosas dos dias de hoje são os novos centros administrativos, os autódromos os viadutos, os quais constituem uma parafernália mais cara e danosa que as próprias fontes luminosas.

Não que exista espírito pré-concebido em relação a esses equipamentos. Mas, voltamos a insistir na escolha daquilo que é prioritário.

O transporte de massa, para exemplificar, para uma cidade média seria equivalente a 1,5 autódromo ou a um estádio. O programa de parques em Curitiba correspondeu a dois viadutos. A implantação da cidade industrial em Curitiba, até o presente momento, custou dois estádios. O ônibus expresso em Curitiba custou dois viadutos. Todo o programa de revitalização custou meio viaduto. O parque mais importante custou o equivalente a um seminário sobre regiões metropolitanas.

O Prefeito pode errar na sua decisão. Mas errará menos que uma decisão distante e insensível a realidade cotidiana. A distância modifica a ótica com que se vê os acontecimentos.”

Mas, talvez, o ponto culminante do depoimento do ex-Prefeito de Curitiba, seja o seu item final, no qual demonstrando senso político e de homem politizado enunciou o seguinte conceito:

“Neste Seminário, cujo tema é “O HOMEM E A CIDADE”, queremos deixar bem claro que o conceito de qualidade de vida começa a partir do respeito aos direitos do homem. Com essa colocação prestamos também uma homenagem à memória de Milton Campos, patrono desta Instituição quando, em janeiro de 1972 afirmou “Eu acredito que, no mundo moderno, o primeiro cuidado na instituição do regime democrático seria a segurança do respeito aos princípios inscritos na Declaração dos Direitos Humanos”.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Lamento até interromper V. Exa. quando traz ao conhecimento desta Casa a lucidez com que o arquiteto Jayme Lerner se pronunciou, não me parece simplesmente perante os integrantes do Seminário mas pela repercussão que teve a sua atitude

naquele Concílio, mas perante a própria Nação.

Aparteio V. Exa. quando trata deste assunto e quando faz referência a Jayme Lerner com a independência de quem durante algum tempo ou por todo tempo acompanhou, de perto, e com parcela de responsabilidade, a sua gestão à frente dos destinos da comunidade curitibana, independência com que aplaudimos e endossamos tantas de suas atitudes, como também criticamos e desaprovamos algumas outras. Mas, eminente Deputado, merece que se trata a V. Exa. a homenagem e o respeito pelo registro que faz nesta Casa, do que ocorreu, com a participação do Sr. Jayme Lerner no Seminário recentemente realizado, não talvez pelos conceitos que emitiu, não talvez pelas queixas e lamúrias do que tenha sofrido na sua Administração, mas principalmente pela corajosa e, volto a dizer, lúcida denúncia que faz, da estrutura administrativa que se implantou neste País.

Ao cumprimentar V. Exa. quero deixar registrada a minha satisfação em ver um homem que hoje dispõe do conceito que dispõe Jayme Lerner, estar a tratar e a denunciar fatos desta natureza.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço a intervenção de

V. Exa., tão honrosa que me faz, e não resisto à tentação de cumprimentar a administração brasileira, em todos os níveis, por, dispor de tantos nomes qualificados, pois é evidente que, à medida em que um homem das qualidades do Sr. Jayme Lerner é dispensado da Administração, implica em que, outros melhores, deverá haver. É realmente um País muito feliz, de dispor de tão elástico quadro dirigente.

Mas, para finalizar, quero registrar portanto a brilhante participação que teve o ex-Prefeito de Curitiba, que desta maneira conseguiu impor o nome do Paraná num Simpósio que reuniu as figuras mais importantes e representativas do Brasil no que diz respeito à problemática nacional.

A fim de contornar o Regimento Interno desta Casa, mais ainda, para atender solicitação que me fez o Deputado João Cioni Netto, lerei a emenda que oferece ao Projeto de Lei nº 150/75, vasada nos seguintes seguintes termos: (Lê a Emenda).

“EMENDA Nº 11

AO PROJETO DE LEI Nº 150/75

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. — O art. 38, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido dos incisos seguintes:

“...

VI — for objeto de documento fiscal inidôneo, supostamente emitido por:

a) — firmas fictícias que nunca tiveram existência legal e que se utilizam de número de inscrição cadastral falso;

b) — firmas fictícias que constam como estabelecidas em outras unidades da Federação;

c) — firmas inscritas nesta ou em outras unidades da Federação que operaram regularmente e que após o encerramento de suas atividades, emitiram ou tiveram seu nome utilizado para emissão de notas fiscais destinadas a documentar operações irregulares;

d) — firmas inscritas nesta ou em outras unidades da Federação que operem regularmente e que as utilizem em duplicatas, sem autorização legal, com a finalidade de sonegar o imposto”.

VII — no caso do inciso anterior, o estorno poderá ser feito espontaneamente ou após intimação do fisco através de edital ou notificação; se após a intimação o contribuinte negar-se a efetuar o estorno, estará às sanções previstas no art. 54 desta Lei.

a) LUIZ ROBERTO SOARES”

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Segue-se a devida justificativa.

Sendo o que me competia manifestar, Sr. Presidente, deixo esta tribuna.

Muito grato pela atenção que me dispensaram. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Consulto o tempo que me falta.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado dispõe de 18 minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Solicito a V. Exa. que considere minha inscrição para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. será inscrito como primeiro orador para o dia de amanhã.

Concedo a palavra ao Sr. Ezequias Losso. — (Pausa). — Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Benedito Lúcio Machado, advertindo ao nobre Deputado que dispõe de 16 minutos.

Foi ele que disse, que sempre achou que o menos que um escritor pode fazer numa época de violências e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade do seu mundo, evitando que sobre ele caísse o tão propício aos ladrões e assassinos.

Segurar a lâmpada a despeito da náusea e do resto. Érico Veríssimo morreu, mas a lâmpada dele continuará sendo carregada por muitos outros homens não importa o partido em que estes homens estejam. Eu sei que esta lâmpada dentro da ARENA continuará sendo carregada por V. Exa.

Era o aparte.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Obrigado pelo aparte de V. Exa. que, enriquece, sobremaneira, este pálido depoimento sobre tão notável figura. Lembro-me que Érico Veríssimo era, acima de tudo, um libertário. No entanto, influenciado por Camus, tinha um certo sentido existencialista da condição humana.

Érico, que teve uma coragem assombrosa ao fazer a sua memória, traçou o pai, o retrato que há de se eternizar na literatura brasileira.

O homem de origem da pequena burguesia de Cruz Alta, lutou com enormes dificuldades para se impor como escritor, num País que tem profundo desdém pela cultura e pelas manifestações artísticas.

Trabalhava na Livraria Globo, quase como um operário. Passou a fazer traduções, auto-didata que era na língua inglesa; escreveu novelas e acabou construindo essa obra singular da nossa literatura que é a trilogia "O Tempo e o Vento".

Esta Assembléia, portanto, tem até o dever, o imperativo ético de manifestar o seu pesar pela morte desse homem que, acima de ser o escritor, era — já disse — um paradigma para toda a Nação.

E é exatamente inspirado nas observações de Érico Veríssimo que, ultimamente tinha alucinações com o crescimento desordenado de Porto Alegre, que revelava a seus amigos mais íntimos o grande temor de que, de repente, o Rio Guaíba se tornasse um "Rio Iguaçu".

Ele que morou nos Estados Unidos, por muitos anos, pronunciando algumas conferências sobre o Brasil, e que trouxe suas impressões de viagem, onde fazia uma descrição extremamente agradável, mas perante a realidade americana, passou, ultimamente a ficar assustado com a americanização do comportamento de vida do brasileiro.

E esse comportamento brasileiro, inspirado nos roteiros americanos, tem feito de nossa vida urbana, um verdadeiro tormento.

E é exatamente nessa perspectiva, que considero oportuno fazer um brevíssimo relato de uma palestra feita em Brasília, no Simpósio Sobre o Homem e a Cidade, patrocinado pela Fundação Milton Campos, pelo ex-prefeito Jayme Lerner, onde pude testemunhar o grande conceito que desfrutava, nos meios oficiais, nos

meios técnicos, ligados ao problema da urbanização.

O arquiteto Jayme Lerner fez um lúcido e corajoso depoimento acerca do processo de urbanização brasileira.

Disse Jayme Lerner: que "O município brasileiro já não tem capacidade de endividamento para tomar esses recursos, mas quando ainda existe essa capacidade, o tempo que normalmente se exige para a tramitação de um processo de financiamento, até a concessão do mesmo pelos sucessivos degraus de decisão, torna a intervenção tardia e às vezes, ineficaz.

Já se delineia um consenso em âmbito mundial, de que determinados problemas urbanos só podem ser resolvidos através do Poder Público, mediante investimento a fundo perdido".

E exemplificou que no meio financeiro brasileiro é efetivamente mais fácil uma empresa particular conseguir empréstimo financeiro do que o município. O que dá a medida da anomalia ora vigente, vigorante hoje, principalmente no que diz respeito a escala de prioridade para fazer frente a graves problemas com que se defronta a população brasileira.

No aspecto da educação, lembra Jayme Lerner "o problema é ainda pior. Os municípios não têm possibilidade de receber a carga de atribuições que a Lei 5692 (reforma de ensino lhes atribui".

Continua o manifesto: "quando alguns órgãos federais manifestam a intenção de investir a fundo perdido nas cidades, o critério e a prioridade desses órgãos chocam-se às vezes, com os do planejamento das próprias cidades, contribuindo em alguns casos, até para o agravamento do problema."

E denuncia a superposição de órgãos e mecanismos que não conseguem ter uma diretriz segura, precisa, de que enfrentam esse patológico crescimento as cidades brasileiras. O homem brasileiro, hoje, é uma vítima da mania desastrosa com que se conduziu o processo de urbanização neste país, nestes últimos 30 anos.

Sabendo-se que em 1980, 2/3 da população brasileira se concentrará nas cidades, é fácil prever o caos, é fácil prever a maneira tumultuada com que o brasileira viverá daqui alguns anos.

O arquiteto Jayme Lerner propõe um "único órgão federal, que poderia ser o responsável pelo problema urbano do país. Esse órgão ficaria incumbido de definir a política urbana e de analisar investimentos a fundo perdido, bem como as prioridades para a concessão de financiamentos. As fontes de recursos poderiam continuar vinculadas aos diferentes órgãos, mas a análise deveria ser feita por um único órgão, a fim de reduzir tempo, custos operacionais, possibilitar melhor controle e evitar que cada Estado aumente os trâmites burocráticos através da criação de sistemáticas próprias".

O que é fundamental neste depoimento de Jayme Lerner, de certa forma se ajusta a pronunciamento que fez nesta Casa, há alguns meses, o culto e nobre Deputado Osvaldo Macedo, em que este Deputado, desta tribuna, propugnou que se fizesse uma revisão no quadro federativo brasileiro, pois, segundo o ex-Prefeito de Curitiba, "é importante acentuar que o Brasil é um país de dimensões incompatíveis com uma centralização excessiva. Particularmente em relação aos problemas das cidades, onde o processo de urbanização se desencadeia com grande rapidez e dinamismo. Essa centralização acarreta a falta de questionamento por parte de cada comunidade".

E é efetivamente o que ocorre, um excesso de órgãos que pretendem atuar e que dificultam e agravam o relacionamento dos municípios com os órgãos centralizados, incumbidos de formular uma política urbana para o Brasil.

Se a meta do Governo é o homem, o que impede que o homem do nosso litoral seja melhor assistido? Quando a saúde pública irá preocupar-se com o homem do litoral, combatendo eficazmente as endemias que lhes minam as forças e lhes reduzem a capacidade, a disposição e o espírito indômito?

A preocupação e o incentivo ao litoral, em termos de apli-

cação rendosa, exigem uma operação integrada, partindo da meta Homem.

A erradicação das endemias, o fim "à botuca" — tão reclamado pelos veranistas e tão sofridamente aguentado pelos habitantes do litoral paranaense — constituirão, juntamente com um Programa de Nutrição para as crianças e adultos, a valiosa e indispensável contribuição da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

À Sanepar caberá as iniciativas e realizações no setor de saneamento.

O Governo do Paraná que proponha a criação de uma verba a fundo perdido, para atendimento do Programa Integrado de Recuperação e desenvolvimento do litoral paranaense.

Desde já contará com o meu apoio, e, não tenho dúvidas, com a aprovação do meu Partido.

O momento é oportuno para a conscientização de que o nosso litoral não é só atração turística, não é só recanto de lazer, em época de férias. É uma potência, à espera do embalo dinâmico que revele a sua exuberância econômica.

É o Paraná, mutilado e mal assistido pelo Governo Federal, precisa dinamizar suas reservas econômicas, para compensar os sacrifícios que lhe estão sendo impostos.

Aproveitamos as vantagens agrícolas oferecidas pelo litoral paranaense, com a impulsão do plantio e comercialização dos produtos horti-fruti-granjeiros, incentivando e financiando lavouras e pomares, criando um entreposto regularizador da comercialização, capaz de garantir o produtor contra a ganância do intermediário. Morretes, pelas suas condições climáticas, seria no nosso entendimento, local excelente para a implantação daquele entreposto.

O processo de industrialização, notadamente em Paranguá, deverá ser mais apoiado, de modo que o parque industrial, já instalado, tenha condições de receber as empresas com protocolos de instalação assinados.

Incentivar, amparar e desenvolver o Programa Nacional do Alcool, através a intensificação do plantio de cana-de-açúcar e mandioca, em região altamente favorável ao cultivo, como a do litoral paranaense, representará estímulo para a produção do álcool anidrido e hidratado.

Como representante do litoral paranaense, como homem que confia e, acima de tudo, procura contribuir para o desenvolvimento do Estado, em termos de bem estar para o povo e de pujança financeira, eu aponto o nosso litoral como o caminho compensador, a ser aproveitado já, como rápida fonte capitalizadora de recursos, através da produção, em escala comercial, de verduras e frutas, da indústria generalizada e do pescado, além da indústria do turismo, tão decantada, mas tão mal aplicada.

Segundo a propaganda, a hora é do "MEXA-SE". É o que estou fazendo, na esperança de despertar o Governo do meu Estado, para a pujança do litoral paranaense, à espera de uma exploração bem organizada e bem dirigida.

Que o BANCO do Estado do Paraná crie a CARDEL — Carteira de Desenvolvimento do Litoral, e procure atrair capital para aplicação no Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral Paranaense.

Um novo ano aproxima-se. Que seja um ano de progresso para o nosso querido Paraná e de redenção do nosso litoral. É o que eu, ardentemente desejo e espero".

Num requerimento, se aprovado, seja enviado cópia do nosso discurso, ao Sr. Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Jr.; Dr. Arnaldo Faivro Busato, Secretário de Saúde e Bem Estar, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, Secretário de Agricultura e Dr. Cláudio Hercílio de Oliveira Araújo, Diretor Presidente da SANEPAR.

Eram estas as considerações que íamos fazer repisando assuntos e discursos que já proferimos em outras oportunidades, oferecendo sugestões e também dando condições a que o Governo Estadual encontre meios de atingir o objetivo que hoje pretendemos.

Não se constitui em exagero de nossa parte, quando enfatizamos desta tribuna a necessidade do litoral ser mais assistido. É uma região que está a reclamar quase tudo do Governo do Estado e do Governo Federal neste momento.

E, ao apontarmos as sugestões, apontamos também os meios para chegarmos a elas.

Creemos que a curto prazo poderemos atingir nosso desiderato, se ele for bem interpretado e bem compreendido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Talvez tivesse mais adequação esta fala, se se processasse durante o Pequeno Expediente. Mas, a rigor, trata-se de mera comunicação. No entanto, por condições insuperáveis ocupo o Grande Expediente, para tratar de dois acontecimentos que marcaram a vida nacional, recentemente.

Em um País em que o produto nacional cultural parece ser inversamente proporcional ao produto nacional bruto, configura-se inestimável perda para o Brasil, a morte do escritor gaúcho Érico Veríssimo e seria imperdoável que o Paraná, através da sua Assembleia Legislativa, não registrasse o seu pesar por esta perda irreparável da cultura e da intelectualidade brasileira.

Érico Veríssimo, muito mais do que um escritor regionalista, tinha uma perspectiva universal da condição humana.

Poucos como ele, captaram a essência do que é mais genuinamente brasileiro.

Homem de posição política definida, sempre se caracterizou como um empedernido humanista.

Autor de uma das mais memoráveis obras da literatura brasileira, em "O Tempo e o Vento", conseguiu dar tratamento artístico a um longo período da política nacional.

Homem de posição política definida — eu disse — sempre repudiou a censura, sendo dele o desabafo de que preferiria deixar de escrever a ter que submeter a sua obra a um censor qualquer.

E, com muita ironia, gostava de lembrar a apreensão, em uma livraria de Porto Alegre, de algumas obras que tratavam do cubismo, pois, segundo a polícia encarregada de fazer a apreensão de tais livros tratar-se-ia de uma propaganda dissimulada de Cuba, como também presenciou a apreensão do famoso romance de Stahdal "O Vermelho e o Verde" por ter conotações altamente subversivas.

Érico, deve se constituir num paradigma para todos aqueles que são operários da cultura nacional.

Tenho certeza, que este também é o pensamento de todos os Srs. Deputados que compõem esta augusta Assembleia Legislativa.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Roberto Soares, foi muito feliz V. Exa. em fazer a análise, não só do escritor mas do homem Érico Veríssimo, do crítico social, Érico Veríssimo.

Muito importante porque nós concluímos e constatamos que acima das posições político-partidárias, estão as idéias que defendem o direito do homem, com a condição humana em cuja defesa primou o escritor gaúcho, não gaúcho só, mas como disse V. Exa. muito embora cuidando de temas regionais, teve a sua obra, como tem pela grandeza humana, o caráter universal.

Fico muito feliz, como homem do MDB, de poder cumprimentar um deputado da ARENA que defende as mesmas idéias que defendeu Érico Veríssimo.

E ele, tinha um sentido muito agudo da época em que vivemos; tinha até a angústia da época em que vivemos. Tanto que na sua "máquina royal" ele sempre se preocupava em acender

uma lâmpada na escuridão, que segundo ele, era propícia aos ladrões e assassinos.

E não venham as autoridades querer justificar que todos têm que cumprir a lei. Porque todos sabemos que os homens do interior têm que vir à Capital, no entanto, o Estado tem a obrigação legal de ir ao cidadão e não criar empecilho e dificuldades como está criando hoje. Se tivermos que deslocar nossos homens da fronteira do Brasil com a Argentina para conseguir uma Carteira de Identidade, depois ir a Pato Branco, estamos verdadeiramente cerceando os homens do interior, porque esses colonos precisam de condução como instrumento de trabalho e não artigo de luxo ou conforto. O Estado tem a obrigação legal de favorecer a entrega de documentos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos um apelo, inclusive ao eminente líder do Governo, que gestione perante as repartições públicas para a solução do problema, porque essa situação caótica do Sudoeste não pode mais perdurar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, sétimo orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Honrados pela designação da liderança do nosso Partido para representar juntamente com o Deputado Luiz Gabriel Sampaio, esta egrégia Assembléia Legislativa, no Simpósio sobre "Política Urbana", promovido pela Fundação Milton Campos, nas dependências da Câmara dos Deputados, estivemos na Capital da República desde o dia 25 até 28 transato.

Na Sessão Solene de Instalação, ouvimos o pronunciamento de S. Excelência o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, em que manifestou o vivo interesse do Governo Federal no bem estar da coletividade que vive nas cidades.

Após a fala presidencial, foi abordado em painel o tema "Aspectos Políticos da Urbanização. Três grupos de trabalho se reuniram à tarde, para a análise de "Problemas habitacionais, grupo que contou com a participação, com um dos expositores, do Sr. Maurício Schulmann, Presidente do BNH.

Outro grupo analisou "Transporte Coletivo", e o terceiro grupo "Política de Uso do Solo", que teve como relator o Deputado Federal Cleverson Teixeira.

No dia 27 foi analisado em painel, presidido pelo Senador Accioly Filho, "O modelo brasileiro de desenvolvimento e urbanização", ocupando-se, posteriormente, os grupos de trabalho a estudar "Desenvolvimento Social e Urbano", "Infra-Estrutura e Poluição.

Em 28 de novembro tratou-se, em painel, da Política Urbana para o país, ocasião em que o Arquiteto Jayme Lerner, ex-Prefeito de Curitiba, fez magnífica análise das experiências e das perspectivas relacionadas com o assunto em tela.

Foram, ainda, objeto de considerações de "Grupos de Trabalho" a Urbanização e Municípios Brasileiros, Política para polos secundários e Mecanismos institucionais para as regiões Metropolitanas.

Na oportunidade em que se reuniu o Grupo de Trabalho sobre Poluição, apresentamos uma proposição aprovada pelos políticos e técnicos presentes, com o seguinte enunciado: (Lê)

"Que sejam tomadas urgentes medidas para evitar o povoamento ou ocupação indiscriminadas de áreas situadas às margens de correntes de água (fundos de vales) reservando-se tais a usos não propícios à poluição como centros esportivos, de recreação ou de lazer".

Na justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apontamos a experiência que se realiza em Curitiba, desde os tempos da administração Jayme Lerner e, notadamente, agora em que S. Exa. o Sr. Prefeito Saul Raiz tem encaminhado à Câmara Municipal de Curitiba uma mensagem definindo a política da preservação de fundos de vale e a criação de parques lineares como teve a oportunidade de detalhar em visita que fez a esta Casa.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestamos o nosso entusiasmo por promoções desta natureza, eis que através das trocas de idéias, se encontram excelentes soluções a relevantes assuntos o que resulta da adequação de estruturas e planos para atingir os objetivos de bem estar geral".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Com isenção de ânimos, mas com a independência daqueles que ainda têm o direito da análise serena e das críticas construtivas, ao final das atividades normais de mais um período legislativo, é com verdadeiro sentimento de pesar que assumo a tribuna, para proclamar que o Paraná tem sido vítima de uma política madrasta, adotada pelo Governo Federal.

Já tive a oportunidade de salientar, em bases sólidas, que, no setor rodoviário, insignificante foi o número de quilômetros construídos, em confronto com o Rio Grande do Sul e outros Estados; é o descaso pelo não cumprimento do programa de pavimentação de rodovias Federais no Paraná.

Ainda agora, neste mesmo setor, a duplicação da pista da "Regis Bittencourt", a nossa famosa BR-116, está constituindo verdadeiro "cavalo de batalha", com afirmativas e desmentidos, a ponto de ninguém saber se a duplicação será concluída em 1976, em 1978, ou no ano em que Deus quiser.

No setor de educação, muito embora o Ministro seja um paranaense, é anunciado o financiamento para o ensino superior, mas já se sabe que o estudante pobre do Paraná não gozará, de imediato, de tal benefício.

No terreno da produção agrícola, querem acabar com o nosso café, sustentáculo da economia paranaense e brasileira.

Temos, com real preocupação, abordado o crescente esvaziamento econômico a que está sendo submetido o Estado através da omissão e do descaso do Governo Federal.

Venho de saber que, agora, além de Itaipu, a decantada hidrelétrica que vai transformar a fronteira do Oeste paranaense em imenso lago, de Foz do Iguaçu até Guaíra, a Eletrosul pretende construir outra usina, na Ilha Grande, pouco além de Guaíra, inundando mais uma extensa área. É a mutilação territorial do Paraná, sem que compensações lhe sejam oferecidas.

Para infelicidade nossa, continuamos a ser os eternos enteados do Governo Federal, como ficou evidenciado pela não consideração de vantagens locacionais para a implantação do III Polo Petroquímico em nosso Estado.

Lutamos, anos e anos, por um Tribunal de Justiça Trabalhista. Quando é criado, retardam sua instalação e negam ao Paraná o direito de, nele contar com um magistrado.

Apesar de tanto descaso, muito embora o ressentimento pelo tempo perdido e pelo tratamento desigual, o Paraná, queiram ou não, pelos esforços de seus filhos, e graças às riquezas latentes de uma natureza generosa, suplantar a indiferença adversa, acentuando um ritmo de desenvolvimento próprio e independente.

Cabe aqui, então, um alertamento, no sentido de que sejam facilitadas novas aberturas, visando a exploração conveniente de outras fontes de consideráveis riquezas, permitindo e garantindo o desenvolvimento econômico do Estado.

Este alertamento eu o faço ao Governador do Paraná, independente de credo político ou posição partidária, pois, acima de tudo, está o meu Estado e o povo que represento.

É preciso que os olhos se voltem e medidas se adotem, na compreensão de que o caminho do futuro está no litoral paranaense. Quanta potencialidade desperdiçada, por falta de melhor aproveitamento. O nosso litoral não é só atração turística. É muito mais. É solo fértil, com cultura primitiva. É costa marítima, a pedir que o imenso mar seja aproveitado como fonte produtora, em termos de comercialização dirigida e orientada.

Há que se lhe dar o impulso que precisa, para que possa gerar resultados compensadores às finanças estaduais.

O litoral paranaense, Senhores, só está à espera de investimentos, para evidenciar o que aqui proclamo.

O investimento que espera não se situa em termos econômicos, mas, também, no terreno social. Neste último, o bandeirantismo, o pioneirismo de gente brava, e lutadora, como o pescador do nosso litoral, precisa ser amparado, pois, socialmente, o homem do litoral e, mais especificamente, o homem do mar, vive sem condições de saúde e higiene, é um subnutrido, alimentado à base de peixe e do pirão de farinha, com forças reduzidas e desgastadas, produzindo o mínimo para sobreviver, juntamente com os seus. O quadro é chocante, mas o drama é real.

O SR. PRESIDENTE — Emenda nº 6, de autoria do Sr. Gabriel Sampaio. (Lê a emenda).

O SR. GILBERTO CERVILHO — Com relação à Emenda nº 6,

O SR. PRESIDENTE — Emenda nº 6, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio.— (Lê a emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com referência à Emenda nº 6 o parecer da Comissão de Finanças é favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Aprovada.

Emenda nº 7 de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio (Lê a emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com referência a Emenda nº 7 o parecer da Comissão de Finanças é favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 7.—Aprovada.

Emenda nº 8 de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio (Lê a emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com referência a Emenda nº 8, o parecer da Comissão de Finanças é favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 8 — Aprovada. Em votação

Emenda nº 9, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, (Lê a emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com referência a Emenda nº 9, o parecer da Comissão de Finanças é favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 9.—Aprovada.

Emenda nº 10 de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio. (Lê a Emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com relação a Emenda nº 10, o parecer da Comissão de Finanças é favorável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda nº 10, aprovada.

Emenda nº 11, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. (Lê a Emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, com referência a emenda nº 11, o parecer da Comissão de Finanças é contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 11.— Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — Emenda nº 13, de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin.

Lê a Emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Favorável.

O SR. PRESIDENTE — Parecer Favorável da Comissão de Finanças, os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Emenda número 14, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. (Lê a Emenda).—

O SR. GILBERTO CARVALHO — Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE — Parecer Favorável da Comissão de Finanças, os Srs. que aprovam, permaneçam como estão.—

Aprovada.

Emenda nº 15, de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto.

(Lê a Emenda).—

O SR. GILBERTO CARVALHO — Parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Parecer Contrário da Comissão de Finanças; os Srs. Deputados que a aprovam, queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — Emenda nº 16, de autoria do Sr. Deputado Cioni Netto, (Lê a Emenda).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Parecer contrário.

O SR. CIONI NETTO — Sr. Presidente (Para discutir).— Sr. Presidente, Srs. Deputados.—

Na Emenda que levou o n.15, de nossa autoria, que acabou de ser rejeitada neste momento, nós concordamos também com a opinião da Comissão de Finanças.

Mas gostaríamos de nesta emenda apresentada por nós,— que recebeu o n.16, que ora está dizendo ou sendo discutida, pediríamos a compreensão de V. Exas. para que melhor se interessassem do assunto e desta que está em discussão porque entendemos Srs. Deputados, que de uma vez confissão de débito feito, aquelas firmas ou aquela firma não deveriam mais ser autuadas.

Aqui nesta parágrafos e nestes itens ora discutidos estão sendo salvaguardados estes interesses de toda a coletividade do Paraná, de todas as firmas paranaenses que de uma vez, repetimos, confessaram o débito, não deveriam mais ser autuadas.

Pedimos encarecidamente aos nobres deputados companheiros de trabalho, Srs. Deputados, para que procurem inteirar-se deste acontecimento e não tivemos a oportunidade de dar aos Srs. Deputados uma cópia a cada um, mas gostaríamos de deixar aqui, à disposição dos Srs. para que possam acompanhar e ver se tem validade, se merece o nosso voto ou não.

Obrigado - (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — em votação a Emenda nº 16.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar à votação).—

Sr. Presidente, as lideranças das duas bancadas procuraram validar inúmeras emendas apresentadas ao projeto em discussão e em votação.

O esforço, Sr. Presidente, teve a anuência de V. Exa. e dos Srs. Deputados membros da Comissão de Finanças, teve validade maior, considerando que se fôssemos cumprir determinação regimental, nenhuma das emendas teria abrigo, porquanto o prazo constitucional invocado pelo Sr. Governador do Estado fatalmente impediria a aprovação e consequente incorporação das emendas ao projeto em exame.

É verdade, Sr. Presidente, que, no diminuto prazo disponível para a discussão das inúmeras emendas é possível que não tenha ocorrido uma análise mais criteriosa das emendas apresentadas.

Todavia, pelo bom senso, a Comissão e as duas lideranças procuraram escolher aquelas que regimentalmente pudessem fugir ao crivo e ao interstício regimental da Comissão de Finanças.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação).

Em verdade a Casa dispõe de pouco tempo para um exame mais profundo da emenda que o ilustre Deputado João Cioni Netto ofereceu à discussão.

Ocorre, Sr. Presidente, que a matéria disciplinada pela Lei 6314, Lei Orgânica do ICM, como está posta, data vênha, está bem posta.

Porque a Lei Orgânica diz o seguinte (Lê)

Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária competente para sanar irregularidades, terão excluída a responsabilidade por infração.

E no seu § primeiro.—

Aí vem a definição do que seja a denúncia espontânea.

Ocorre denúncia espontânea quando:—

Inexistindo ainda a peça básica do processo administrativo fiscal, logicamente, instaurado espontaneamente.

Não tenha sido iniciada formalmente em relação à infração, qualquer levantamento fiscal ou outra medida de fiscalização.

Porque seria ao contrário disse, admitir-se toda vez que a pessoa fosse indicada fazer denúncia espontânea.

Nós entendemos, que o Estado, e temos sempre defendido este ponto, que o Estado não deve transformar o contribuinte num ser seu inimigo, ao contrário, o Estado deve procurar trazer para si, a simpatia do contribuinte.

Porque desta maneira, segundo Aleomar Baleeiro, o Estado teria um aliado ao invés de, como consequência de muitos atos que se praticam na fiscalização, ter no próprio comerciante honesto, ou um homem sumido, ou até um homem que vê com certa satisfação o insucesso da fiscalização.

Nós não podemos também estabelecer condições que nos parecem indefinidas e que poderiam trazer situações ou melhor, trazer argumentos ambíguos em desfavor do Estado.

Muito obrigado (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda nº 16. com parecer contrário da Comissão de Finanças. REJEITADA.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 169/75, de autoria do Deputado João Cioni Neto, que dá nova redação ao inciso XVI, do artigo 60, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 130/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 271/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o município de Realeza, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., - APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 130/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Realeza, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária, Escola Normal Colegial Estadual, Grupo Escolar Independência, da sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 271/75

Através da mensagem 79/75, o Sr. Governador do Estado, encaminha a esta Casa para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Realeza, objetivando a execução de reparos nos prédios estaduais conforme específica.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos de Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 131/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 272/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São João do Triunfo, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 131/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de setembro de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração, e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar Dr. Romário Martins, Grupo Escolar de Poços, o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Antonio Koloski, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 272/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha Cópia do Convênio celebrado em 05 de setembro de 1975, pelo Governo através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de reparos em prédios estaduais conforme específica.

Cumpra, assim o Sr. Governador, a determinação constitucional contida no item VII do artigo 22, da Constituição Estadual. Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 132/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 275/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Guairacá, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 132/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Guairacá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo escolar Princesa Izabel, Grupo Escolar Santos Dumont, Grupo Escolar Ercílio Barreto, Grupo Escolar Marcos de Santi e o Ginásio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 275/75

Mensagem do Governo do Estado, transformada na presente Proposição, encaminha cópia de convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Guairacá, objetivando a execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica, na sede do referido Município.

Cumprindo assim, o Sr. Governador, a determinação constitucional contida no item VII do artigo 22 da Constituição Estadual.

Pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 133/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 133/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RE SOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "José Eugênio de Carvalho", da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 155/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 54/75, de 4 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "José Eugênio de Carvalho", da sede do referido município.

Cumprindo o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei nº 158/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Netto,

constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.104/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à revista "Rumo Paranaense", pela homenagem que prestou em duas edições deste mês, ao saudoso e eminente homem público que foi Rivaldava Barbosa Vargas. — APROVADA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Desembargador Alceu Conceição Machado, para o Tribunal de Justiça do nosso Estado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e à Direção da Associação de Crédito Rural do Paraná - ACARPA, no sentido de ser estudada a possibilidade da criação e instalação de uma agência regional da referida associação na sede do município do Mal. Cândido Rondon. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DASP, no sentido de que seja reaberto o prazo para opção ao concurso de que trata a Instrução Normativa 46, de 1975, dando nova oportunidade aos funcionários que não o fizeram. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de restabelecer nas cidades do Sudoeste do Estado os exames — Psicotécnicos, bem como prover de funcionários o Posto de Identificação de Pato Branco. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de louvor à revista Rumo Paranaense dirigida pelo jornalista Ali Bark, pela excelente apresentação gráfica da revista e, em especial, pela publicação, periódica, de biografias de personalidades das mais ilustres da Terra, Paranaense. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas à Assembléia Legislativa o Rio Grande do Sul e à família do Sr. Érico Veríssimo, cópias da merecida homenagem que o signatário prestou, na reunião de hoje. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de cópias do pronunciamento feito hoje na tribuna, aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Secretário da Agricultura e Diretor Presidente da SANEPAR. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 3 quarta-feira, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª - dos Projetos de Lei nºs
82/74, 87/75, 150/75 e 169/75;

2ª - DISCUSSÃO. —
dos projetos de Resolução nºs
130/75, 131/75, 132/75 e 133/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs
164/75, 173/75 e 62/75.

Levanta-se a Sessão.